

5 Conclusão

O processo de implementação do Acordo de Dayton destaca a importância da ação internacional para a resolução de conflitos. O caso da Bósnia exibe esta relevância desde a omissão estrangeira durante a guerra, passando pela negociação do plano que deu fim às hostilidades até o período pós-conflito, no qual a comunidade internacional – por meio do Escritório do Alto Representante (EAR) – assumiu um papel central na aplicação das decisões tomadas em Dayton. Assim, esta dissertação demonstrou como a ação estrangeira foi determinante no conflito bósnio, sendo ela, em grande medida, responsável ou co-responsável pelo arranjo político que rege ao país hoje. Ao discutirmos questões como integração ou divisão do país no pós-guerra, por exemplo, falamos não apenas de opções da população bósnia, mas de um panorama cujo desenho foi traçado também pela comunidade internacional. Esta influência externa na política doméstica da Bósnia abriu caminho para as diferentes discussões que fizemos ao longo desta dissertação, partindo do processo de resolução do conflito e culminando na sua colocação em prática.

Se, por um lado, esta dissertação criticou o Acordo de Dayton, no sentido de que esta solução foi construída sem levar em conta vários aspectos relacionados às motivações da guerra – ou seja, foi uma saída calcada em decisões racionalistas utilitárias e que mostraram um conhecimento superficial a respeito dos grupos envolvidos no conflito –, por outro, o acordo foi reconhecido como bem-sucedido em sua meta de dar fim ao derramamento de sangue, dando início ao processo de reconciliação entre as partes.

No capítulo dois, criticamos os modelos ditos racionalistas e tradicionais de resolução de conflitos, que não abordam as questões fundamentais ligadas às identidades das partes envolvidas, num mundo marcado por guerras que estão fora da lógica de conflito interestatal de Clausewitz. Apontamos para as guerras intraestatais uma resolução baseada na identidade, que considera o conflito como parte integral da vida e estimula os conflitantes a desenvolver soluções capazes de acomodar as diferenças de modo que possam conviver e aprender com a situação

enfrentada. Este entendimento em geral se dá por meio do diálogo reflexivo, reiterando o poder do discurso de produzir o efeito que ele se propõe a criar (Campbell, 1998a, p. 24).

Mas a evocação da tese de animosidades antigas, a representação cartográfica da composição étnica/nacional da Bósnia, naturalizando uma política territorializada de autodeterminação étnico/nacional, foram explicações constantes para a Guerra da Bósnia, como vimos também no capítulo dois ao abordarmos a crítica pós-estruturalista aos modelos tradicionais de resolução de conflitos. Embora representações alternativas do conflito existissem, elas eram postas de lado frente à idéia de guerra étnica/civil, que centrava o discurso político e público.

Utilizando argumentos de David Campbell (1994, 1996a, b, 1998a, b, c) afirmamos que numa solução reflexiva as partes começam a mudança rumo ao entendimento entre elas, uma vez que, ouvindo a si próprio primeiro para em seguida ouvir o outro, os conflitantes podem se tornar aliados na determinação de uma agenda para a resolução dos problemas por meio da cooperação ou da negociação tradicional, por exemplo. Em Dayton, porém, os líderes das partes envolvidas no conflito evitaram a comunicação direta. Além disso, os sérvios e croatas da Bósnia nem mesmo tiveram voz ativa no processo de negociação, uma vez que foram representados pelos governos da Sérvia e da Croácia, respectivamente. Uma nova ênfase nas questões de identidade, por meio de uma resolução de conflitos mais interativa pode ajudar-nos a reduzir a violência das “novas guerras”, das “guerras de terceiro tipo” ou dos “conflitos contemporâneos”.

Em seguida, no capítulo três, passamos à crítica a respeito das modernas respostas estadocêntricas e da política de poder aplicadas aos modelos racionalistas de resolução de conflitos. Um dos problemas da Bósnia pós-guerra é o fato de sua configuração estar dentro desta idéia fixa de ter o Estado moderno soberano como a única opção e a democracia liberal como o regime deste Estado vestfaliano, impedindo a busca de uma solução alternativa que contemplasse, por exemplo, uma outra forma de organização da comunidade política. O moderno arranjo estatal garante a estabilidade do sistema interestatal e mantém os arranjos internacionais – impedindo novas fronteiras e secessões.

Citando R. B. J. Walker (1993), afirmamos que a teoria de Relações Internacionais está centrada na construção de um espaço político moderno e na sua subjetividade, tendo dificuldade de pensar mudanças e crises a partir da modernidade. Também afirmamos que a teoria internacional tradicional reifica o sistema de Estados e a soberania.

A rearticulação da soberania na Bósnia pós-guerra fomenta um cenário de violência. Isso ocorre porque o acordo aplica cotas de representação das partes, que reforçam as separações dos grupos, a exclusão, as diferenças típicas do Estado moderno soberano. Tais separações ajudam a reificar as distinções entre os grupos, em vez de ressaltar os pontos comuns entre eles. Assim, há um constante aprofundamento das diferenciações entre os bósnios, ajudando a separá-los em vez de uni-los por serem vítimas de uma guerra terrível e que agora lutam para reconstruir suas vidas e seu país. Mais uma vez, o caráter comum das partes é subjogado por características e elementos que marcam suas diferenças. A alteridade não é absorvida de maneira positiva e até mesmo enriquecedora, ela marcada como um traço que indica que “Eu” sou “Eu” e não o “Outro”, por isso devo preservar-me como “Eu” e proteger-me do “Outro”.

Em resposta ao aprofundamento das divisões proporcionadas pelo Acordo de Dayton, esta dissertação defendeu a criação de uma nova comunidade política, fundamentada em elementos diferentes dos que formam o Estado moderno soberano. Esta nova comunidade rompe com os conceitos excludentes da modernidade, como nação e soberania, calcados em visões binárias do mundo. Apoiamos uma relação interdependente com o “Outro”, de modo que a não haja uma separação calcada na identidade étnica e religiosa dos grupos que integram a Bósnia. A Bósnia da nova comunidade política deve ser marcada pela identificação coletiva baseada em elementos comuns entre os grupos, como o fato de todos serem humanos, com necessidades básicas de sobrevivência.

Essa abordagem não-excludente da nova comunidade política advoga pela preservação da diferença, uma vez que ela não é considerada uma ameaça ao “Outro”. A própria déia de “Outro” tende a desaparecer dando lugar a um “Eu” coletivo, uma vez que não há mais uma outra identidade à qual se opor.

Ainda criticando o fato de o Acordo de Dayton ter se calcado no moderno Estado soberano, vimos nos capítulos três e quatro que há uma tensão entre os conceitos de soberania interna e externa da Bósnia. Se o Estado criado pelo

Acordo de Dayton garante a existência de uma Bósnia soberana externamente – com representação em órgãos internacionais como a ONU, por exemplo –, este mesmo Estado goza de uma soberania compartilhada dentro de seu território. Além das três forças internas e das duas entidades que formam a Bósnia, o Estado também tem sua política interna guiada pela comunidade internacional, mais especificamente pelo EAR.

Assim, no que se refere à reunificação, a Bósnia ainda é formada, *de facto*, por três nações e dois Estados dentro de um Estado-nação *de jure*. Desapontada com o ritmo e trajetória da implementação do processo de paz, a comunidade internacional aumentou o uso de sua própria autoridade, especialmente por meio do EAR, ao impor decisões ao contexto político da Bósnia. No fim de 1997, o Conselho de Implementação da Paz garantiu ao EAR os “poderes de Bonn”, que incluem o direito de demitir de cargos públicos e lançar decisões por meio de decretos. Desde então, o EAR usou sua autoridade para estabelecer várias instituições. Também usou seus poderes para demitir líderes políticos democraticamente eleitos. Este é um precedente perturbador para a comunidade internacional, porque pode subjugar a democratização endógena e a legitimidade da presença internacional na Bósnia.

No capítulo quatro, vimos que as ações do EAR no que se refere a suspensões e remoções de lideranças bósnias de seus cargos, no período de 1995 a 2002, são indicativas desta interferência internacional na política doméstica. A análise evidenciou também a existência de uma disputa entre os grupos locais e a comunidade internacional. Esta disputa pode ser testemunhada nos desafios feitos de forma constante pelos representantes bósnios – especialmente os de origem croata e sérvia – ao não-cumprirem determinações do EAR, ao questionarem as instituições criadas pelo Acordo de Dayton, ao violarem as legislações criadas para a acomodação das partes, ao agirem de maneira corrupta visando ao benefício próprio frente ao bem comum.

Além disso, as ações do EAR analisadas nesta dissertação mostraram que esta constante ação do EAR na política doméstica Bósnia pode ser considerada como um indicador da dificuldade de os próprios bósnios resolverem seus problemas, assim como um indicador da dificuldade da retirada internacional do país, uma vez que sua intermediação ainda se faz necessária para que a implementação da paz se dê em diversas áreas essenciais.

A análise empírica da implementação do acordo de paz nos leva, mais uma vez, a questionar o por que da existência um Estado soberano se este mesmo Estado tem um órgão internacional tomando decisões importantes dentro de suas fronteiras. O que configura a necessidade de manutenção deste Estado soberano frente a uma saída alternativa, como comunidades políticas não-ordenadas territorialmente, mas sim com base em laços de solidariedade humana? A resposta desta dissertação a esta pergunta está calcada na crítica à compreensão moderna de que apenas os arranjos estatais vestfalianos são capazes de garantir a estabilidade do sistema interestatal.

Abordando a discussão a respeito da divisão ou da integração de sociedades etnicamente divididas, reiteramos a defesa da opção de uma nova comunidade política, pois consideramos que não é o componente estatal moderno que garantirá a estabilização das relações entre os Estados ou entre os beligerantes. O caminho para o entendimento está no respeito aos valores, interesses e necessidades dos outros, mas que, não necessariamente, precisam estar ligados ao Estado moderno. Uma comunidade não-estatal que responda às demandas destes grupos pode ser mais bem-sucedida do que a Bósnia criada pelo Acordo de Dayton, que é soberana externamente, mas dependente internamente.

A solução apresentada pelos mediadores internacionais do conflito bósnio, de fato dá fim à guerra propriamente dita, mas congela uma situação de divisão entre os ex-beligerantes de modo a impedir uma verdadeira reconciliação, uma verdadeira solução. Além disso, abre caminho para um processo de dependência doméstica em relação à comunidade internacional que não aponta um indicador de que a ação estrangeira será totalmente suplantada pelo bom entendimento entre as partes. Assim, o exercício da autoridade internacional para unificar a Bósnia permanece contraditório: quanto mais é usado para combater as obstruções ao acordo de paz, mais os atores internacionais tornam-se mais envolvidos na política doméstica do país. Este é um dilema persistente entre intervenção e soberania com o qual a comunidade internacional ainda precisa lidar na Bósnia.

As ações do EAR, seguindo as recomendações do Acordo de Dayton e do Conselho de Implementação da Paz, indicam que a intervenção gera mais intervenção. Ou seja, que há uma relação de dependência entre a Bósnia pós-guerra e a comunidade internacional, que impediu que as partes beligerantes buscassem caminhos para a solução de seus problemas por conta própria.

Retomando o ditado popular que diz que afirma que o melhor é ensinar a pescar, em vez de dar o peixe, podemos dizer que a comunidade internacional, desde 1995, vem fornecendo peixes à Bósnia, em vez de ensiná-la a pescar. É verdade que há uma autonomia crescente em algumas áreas. Mas o que se refere à reconciliação das partes ainda há um longo caminho a ser trilhado. E este caminho tende a ser extremamente longo, devido aos arranjos políticos do acordo de paz, que reificam a divisão entre muçulmano-bósnios, croata-bósnios e sérvio-bósnios. A Bósnia multiétnica defendida pelo Acordo de Dayton parece não-factível dentro do arranjo estatal moderno no qual o país está baseado. Uma nova comunidade política, não-excludente e não-étnica, é o que apontamos como a saída para a consolidação de um Estado integrado e autônomo – livre das interferências estrangeiras – após toda a carnificina dos 42 meses de guerra na Bósnia.

A Bósnia pós-Dayton está longe de ser o país integrado, multiétnico e auto-sustentável previsto nas discussões que levaram ao acordo de paz em 1995. Por isso, afirmamos que Dayton não garantiu a paz – ou seja, permanece a violência cultural, de Galtung¹ – à Bósnia, mas sim cessou o derramamento de sangue e fez com que as disputas fossem travadas de outras formas. O próprio EAR reconhece que a paz na Bósnia, apesar dos vários avanços conquistados após a assinatura do Acordo de Dayton, ainda não é auto-sustentável. Entre os desafios que o país enfrenta estão: a construção de instituições fortes e efetivas; o fortalecimento do Estado de Direito; a reforma da economia e do sistema de polícia e a completa transformação das estruturas de defesa e inteligência.

Podemos afirmar, portanto, que ainda não houve na Bósnia uma “transformação de conflito”, mas sim uma “resolução de conflito”. O primeiro termo implica um processo deliberado de mudanças seminais nas manifestações de um conflito no nível pessoal, relacional, estrutural e cultural. No nível pessoal, uma abordagem transformadora foca-se nas mudanças nas percepções e atitudes em relação ao conflito e nas condições refletindo o bem-estar individual físico, psicológico e espiritual. Ou seja, diminuir o sofrimento e outros efeitos destrutivos do conflito. No nível relacional, avanços na interação e comunicação podem melhorar a compreensão mútua e reduzir o medo e os estereótipos, fazendo com que as partes vejam-se como mutuamente interdependentes. A transformação

¹ O capítulo dois discute de forma aprofundada os conceitos de paz e fim de um conflito.

concerne não apenas o aspecto psicológico, mas também os aspectos social, econômico, político e militar das relações de grupo. A dimensão estrutural foca no ambiente social necessário para satisfazer as necessidades humanas: acesso à religião, a recursos econômicos, políticos e administrativos, a oportunidades de participação no processo de tomada de decisão. A dimensão cultural refere-se a valores e crenças que apóiam os mecanismos e padrões sociais e políticos de interação. A transformação está calcada na identificação e remodelação destes padrões que contribuem para incidentes violentos, construindo mecanismos que respondam às disputas e conflitos (Ibid, p. 41-42).

Ao incorporar a idéia de transformação do conflito, concebemos o conflito como um fenômeno dinâmico com seu ciclo de vida próprio e a habilidade de dar passos para frente ou para trás ao longo do tempo. Neste sentido, podemos afirmar que o conflito ainda permeia a vida dos bósnios e que as possibilidades de retomada da guerra não estão totalmente descartadas. A violência da guerra cessou, mas suas conseqüências ainda são evidentes no dia-a-dia da população. Essas conseqüências são marcadas pelas limitações no processo de integração entre muçulmanos, sérvios e croatas da Bósnia, como observamos no capítulo quatro desta dissertação. Assim, concluímos que esta dissertação pôde verificar empiricamente que a transformação do conflito na Bósnia ainda está por vir. E, sem esta transformação, não podemos prever um futuro multiétnico para a Bósnia sem a presença da comunidade internacional como mediadora entre os três grupos que formam o Estado delineado pelo Acordo de Dayton.